

Para a história e estudo da ciência
e da organização da ciência em Portugal

O ARQUIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA da FCT

A
R
Q
U
I
V
O
D
E
C
I
Ê
N
C
I
A
E
T
E
C
N
O
L
O
G
I
A

Passaram-se seis meses desde que, a 16 de dezembro de 2011, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) inaugurou o Arquivo de Ciência e Tecnologia – repositório precioso da história da Ciência em Portugal desde meados do século XX.

Como se depreende do nome, é um arquivo da maior relevância para o conhecimento e o estudo da ciência em Portugal, nas suas múltiplas vertentes e extensões; os fundos que reúne, a informação que encerra, são, sem dúvida, essenciais à compreensão da natureza, das características e até à apreciação da trajetória que o nosso País tem feito num domínio de crescente afirmação à escala internacional, como, de resto, plasmam os notáveis resultados alcançados nos últimos anos.

O Arquivo de Ciência e Tecnologia compreende mais de 40 mil pastas de documentação e muitas fotografias que nos contam bastante sobre a história da ciência em Portugal desde 1967, o ano da criação da Junta de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) de que a FCT é sucessora e herdeira. A maior parte do património reunido, correspondendo a cerca de 3,5 km, está agora disponível para consulta da comunidade científica na cave da sede da FCT (Av. D. Carlos I, 126, Lisboa).

Este arquivo, de inestimável valor científico e patrimonial, foi objeto, nos últimos três anos, de um intenso trabalho efetuado por uma equipa de arquivistas, investigadores e técnicos, formada na sequência de um protocolo celebrado em 2008 entre a FCT e o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, contando com o acompanhamento da Direção-geral de Arquivos (Torre do Tombo), estando então, desde o final do ano passado, à disposição de todos nós.

Aos fundos da FCT, entidade sucessora de outros organismos públicos, numa linhagem que formalmente remonta à criação da JNICT, somam-se os

espólios da própria JNICT (1967-1997) e do Instituto Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica (1976-1992). Por junto, o espólio histórico encontra-se bem preservado, tendo sobrevivido – contra o que tem acontecido com importantíssimos

acervos históricos públicos e privados – a voragens, abandonos e até destruições provocados por razões de ordem muito diversa que aqui não importa evocar. Trata-se, em suma, de um acervo único e de inegável interesse e qualidade histórica, que acompanha e repercute a textura e a atividade cultural e científica portuguesa desde os meados do século XX até à atualidade, a forma como se desenharam, estruturaram e desenvolveram estratégias e políticas de enquadramento dessa atividade, as relações que se estruturaram e aconteceram em sede nacional e internacional entre os diversos tipos de organismos, públicos ou privados, de alguma forma ligados à vida científica.

Na verdade, a história da FCT, a sua criação e sua atividade, confunde-se com o percurso da própria história da ciência e da tecnologia e da organização da ciência em Portugal.

Recorde-se, em breve síntese, que a FCT, IP foi criada em 1997, assumindo como *missão o desenvolvimento, financiamento e avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional.* (Decreto-Lei n.º 152/2007, art.º 3.º).

A FCT surgia assim com uma missão expandida e atualizada da que outrora cumprira à sua antecessora JNICT, criada em 11 de Julho de 1967, com as *funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional* (Decreto-Lei n.º 47 791).

O diploma da criação da JNICT, reconhecendo a



de estruturas permanentes, criação de várias comissões, como, a título de exemplo, a Comissão Permanente INVOTAN, a Comissão Nacional do Ambiente, a Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – COCEDE. Entretanto, em 1972, a JNICT “ade-riou” ao planeamento, assumindo a função de gabinete setorial de planeamento para a área horizontal da ciência e tecnologia, área que nos planos anteriores não aparecia autonomizada, en-

volvendo-se, portanto, nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento. Por fim, como principais iniciativas levadas a cabo pela JNICT, refira-se a sistematização das atividades de inventariação dos recursos em Ciência e Tecnologia – de facto, foi dada prioridade à inventariação sistemática de recursos nacionais e, em Junho de 1973, foram publicados os primeiros dados, relativos a 1971, sobre despesa, pessoal e bibliografia no campo científico e técnico em Portugal.

A seguir ao 25 de abril, houve que reacertar o destino da investigação científica evitando trilhos confusos e incertos. Apesar das boas intenções constitucionais, o reduzido orçamento para as despesas de I&D e as resistências setoriais, a uma administração pública e coordenada da ciência, vieram marcar negativamente o período de 1974 a 1986, como de impasse, pródigo em iniciativas, mas, com frequência, de sentido oposto ou contraditório.

Em 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi transformado no Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Notava-se que o IAC, apesar de reorganizado em 1973, se mostrava desadaptado às realidades presentes, não tendo conseguido dar resposta às solicitações que lhe eram dirigidas, quer no campo da investigação científica, quer no que se refere à difusão da língua e cultura portuguesas. Assim, e correspondendo às duas grandes finalidades apontadas, julgava-se conveniente a partição, por dois institutos, das funções até então atribuídas ao IAC. Portanto, as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica são retiradas ao IAC e atribuídas ao novo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), criado pelo Decreto n.º 538/76, de 9 de julho de 1976. As competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro viriam a ser atribuídas ao Instituto de Cultura Portuguesa (hoje Instituto Camões), pelo Decreto-Lei n.º 541/76.

importância crescente da expansão da ciência e da tecnologia e o significado do percurso histórico que, *sobretudo após o primeiro conflito mundial*, vinha *institucionalizando a pesquisa científica e tecnológica*, afirmava em que medida a *pesquisa laboratorial e tecnológica se tornou um labor coletivo, organizado à escala nacional, assumindo a natureza de verdadeiro serviço público*, apontando para a necessidade e a urgência de *constituir, desde já, o núcleo que deverá auxiliar o Governo na definição e realização da política científica nacional* (Decreto-Lei n.º 47 791).

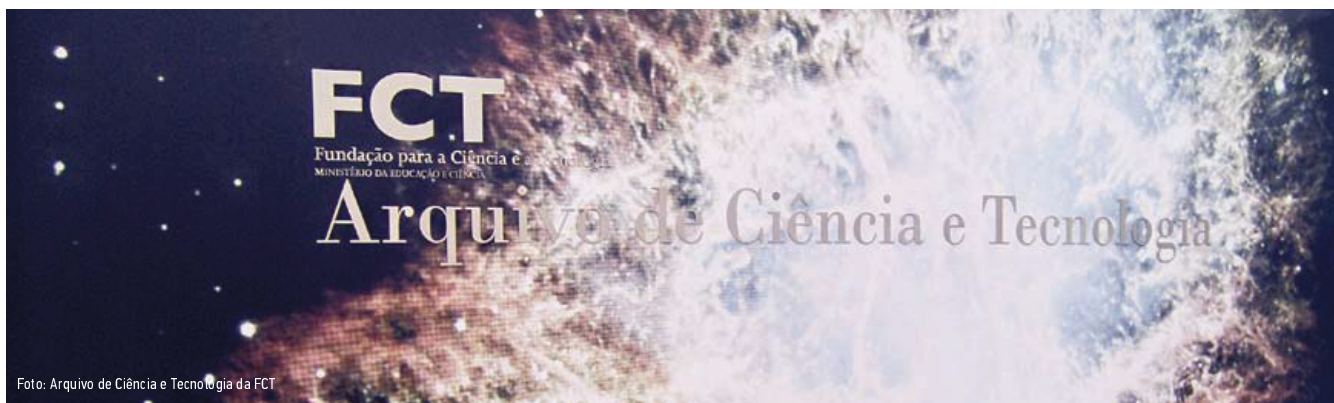
A principal novidade da JNICT, de um ponto de vista da história das políticas científicas, residia na assunção da necessidade de coordenação dos recursos nacionais, englobando os mais diversos setores, da economia à educação.

De salientar, neste contexto, para além da *urgência*, duas questões prévias e fundamentais que marcam o diploma fundador: (i) a integração do novo organismo na Presidência do Conselho e a intenção de fazer estender a sua ação a outros setores, incluindo as províncias ultramarinas e (ii) o cometimento de tarefas, *independentemente de funções de estudo, tendentes a coordenar as atividades dos serviços oficiais interessados tanto na investigação científica como na tecnológica, pelo menos nos seus dois aspetos mais salientes: os que têm reflexo na defesa nacional e os que têm impacte direto no desenvolvimento económico*.

A JNICT, a cuja criação, natureza e percurso, ficou indelevelmente associada a ação de Leite Pinto, seu inspirador e primeiro presidente, teve uma importância fundamental, crescente à medida em que, aliás, se foi alargando a afirmando a sua presença, abrangendo um vastíssimo campo de atuação (administração de bolsas, participação ou coordenação da participação em reuniões internacionais, estabelecimento



Foto: Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT



No contexto de uma mal disfarçada disputa de competências, a JNICT ficou na esfera do Ministério das Finanças e Planeamento e o recém-criado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI, antigamente o INII) no Ministério da Indústria. Nos inícios dos anos 80, a JNICT introduziu o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), prevendo medidas claras de política científica destinadas à investigação científica, que assumia então como o seu principal instrumento de política científica. Aconteceu que, já em 1983, o Ministério da Indústria, através do LNETI, lançou o Plano Tecnológico Nacional (PTN), uma iniciativa que viria a causar conflitos institucionais com a política da JNICT.

Foi já no quadro da integração europeia que os mecanismos de política científica se reforçaram, alargando a diversidade das fontes e os instrumentos de financiamento, e intensificando ainda o trabalho em rede com parceiros externos. Em 1986, a JNICT acabou por estabilizar no Ministério do Plano (posteriormente designado Ministério do Planeamento e da Administração do Território). Em 1987, na sequência das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnologia, a JNICT lançou o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo era a implementação de um conjunto de projetos dinamizadores de Ciência e Tecnologia, a nível nacional. Pouco mais tarde, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de Ciência e Tecnologia, a intitulada “Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico”. Nesse diploma foi levada a cabo uma importante reestruturação da JNICT, consolidando-se o seu papel de instituição financiadora e enquadrando os seus programas na elegibilidade explícita do Quadro Comunitário de Apoio, designadamente programas de fomento como o Programa Ciência (1990-1993).

Sob o impulso de um pacote de medidas sustentado pelos fundos estruturais, a JNICT ganhou um protagonismo acima dos outros organismos. Não tardou a extinção do Instituto Nacional de Investigação Científica, sendo as suas principais atribuições transferidas para a JNICT. A criação, em 1995, do Ministério da Ciência e Tecnologia, significou uma profunda remodelação institucional. A criação de um ministério próprio, há muitas décadas recomendação da OCDE, anunciava alterações. Com efeito, a breve prazo, em 1997, os poderes da JNICT foram distribuídos por três departamentos, a FCT, que passava a ter funções de avaliação e financiamento, o Instituto para a Cooperação em Ciência e Tecnologia Internacional e o Observatório das Ciências e Tecnologias, com funções de observação, inquirição e análise.

Enfim, fica o enunciado breve da arquitetura institucional de que a FCT resulta e cuja história, na complexidade das suas múltiplas ramifica-

ções, abrangendo a vastidão do sistema científico nacional, se encerra e reflete no Arquivo de Ciência e Tecnologia.

Refira-se, entre outros aspetos, o que a documentação representa para o conhecimento da:

- História da organização da atividade científica em Portugal desde meados do século XX, tanto na dimensão nacional como perspectivada no palco internacional;
- Estruturação e caracterização do essencial das políticas e das estratégias, públicas e privadas, bem como dos meios de implementação e gestão da atividade científica em Portugal desde meados do século XX;
- Identificação e caracterização do perfil e da atividade científica da maior parte (quase todas, diria mesmo) das atualmente designadas unidades de investigação existentes em Portugal e do seu percurso histórico, em muitos casos desde a sua constituição, permitindo o seu estudo prosopográfico;
- Identificação e caracterização do perfil e da atividade científica do conjunto de bolsheiros e especialistas e outros cientistas que beneficiaram do apoio sob diversos moldes ou mantiveram alguma relação com os organismos que constituíram ou constituem o enquadramento institucional que atualmente conhecemos como FCT, permitindo o seu estudo biográfico e sociológico;
- Repercussão ou réplica do essencial da atividade científica realizada em Portugal e até da sua análise e relatório, permitindo o seu conhecimento e estudo.

Por fim, uma breve nota relativa à forma como a FCT entendeu assumir em matéria de preservação, organização e divulgação o seu arquivo histórico, apreendendo o seu caráter verdadeiramente singular e único no que respeita ao conhecimento da história da organização e administração da ciência, das políticas científicas e, afinal, da própria história das ciências em Portugal e perspetivando um espaço de cultura e memória que pode integrar outros contributos, nomeadamente acervos pessoais, que encontrariam nessa integração um lugar adequado que garantiria a sua salvaguarda e que de alguma forma completaria e alargaria esse património nacional que é o Arquivo da FCT. Circunstância que, de resto, já se verificou com a integração de parte do espólio documental de Mariano Gago e a perspetiva da incorporação do arquivo da Junta de Energia Nuclear.

Em suma, para lá da missão permanentemente renovada de promover ciência, a inexorabilidade histórica coloca a FCT, e as instituições que a precederam, decorridos pouco mais de 40 anos, como objeto da própria ciência. **ING**